

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: Questões Escolares e Sociais¹

LINGUISTIC VARIATION: School And Social Issues

Claudinéia Cristina Morais² (FMG)

Laura Silveira Botelho³ (UFG)

Resumo: Este artigo apresenta discussões acerca da variação linguística e do preconceito linguístico presentes tanto socialmente quanto em instituições educacionais. Tem como objetivo analisar os conhecimentos dos educadores dos anos iniciais do ensino fundamental em relação à variação linguística, além de investigar a ligação existente entre língua e sociedade. Ressalta, portanto, a importância do papel do professor de linguagem que transcende o âmbito escolar, já que suas práticas escolares devem abarcar vários aspectos sociais como nível socioeconômico, grau de escolaridade, a idade, sexo e regionalidade, e não apenas o conteúdo da disciplina. Como metodologia, usamos a pesquisa explanatória de cunho bibliográfico e a pesquisa de campo de perspectiva qualitativa de viés interpretativista, com a realização de entrevista com quatro professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, que atuam em instituições públicas e privadas. Assim, apoiamos-nos em autores como Faraco (2017), Soares (2000), Bagno (1999, 2007), Bortoni-Ricardo (2004, 2006) e Marinho e Costa Val (2006). Os resultados das análises evidenciam que a variação linguística é um fator importante a ser pesquisado e discutido entre os agentes sociais e institucionais, já que é um tema que ainda é desconhecido por muitos deles. Além disso, é de extrema importância que professores, gestores e alunos estejam a par da existência da diversidade linguística como um fato em qualquer comunidade e que o preconceito linguístico não deve existir na escola e nem fora dela.

Palavras-chave: Variação linguística. Preconceito linguístico. Escola. Sociedade.

Abstract: This work discusses both linguistic variation and language prejudice emerging from educational institutions. It is aimed at analyzing the knowledge primary school educators possess regarding linguistic variation, apart from investigating the connection between language and society. In this view it stresses the key role of the language teacher, which goes beyond the classroom, as his/her school practices should involve several social aspects such as the socioeconomic level, schooling level, age, gender and home location of the students, and not only the subject content itself. As for the methodology, explanatory research was carried out by means of a bibliographical survey we, held a qualitative interpretative research as well as fieldwork through questionnaire application among four primary school teachers who work both at public and private schools. The literature review was based on Faraco (2017), Soares (2000), Bagno (1999, 2007), Bortoni-Ricardo (2004,

¹ Este artigo é parte das discussões arroladas na monografia “Variação Linguística: questões escolares e sociais”, defendida na Faculdade Metodista Granbery, escrita por Claudinéia Cristina Morais e orientada pela professora Laura Silveira Botelho.

² Graduada em Pedagogia pela Faculdade Metodista Granbery (FMG).

³ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora Adjunta na Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: laurabot@hotmail.com

2006) and Marinho e Costa Val (2006). *The results have shown that linguistic variation is a key factor to be investigated and discussed among both social and institutional agents, as it is a subject that they are still unfamiliar with. Besides, it is extremely important that teachers, supervisors and students are aware of the fact that linguistic diversity exists in any community and that language prejudice should not be allowed either inside or outside the school.*

Keywords: *Linguistic variation. Language prejudice. School. Society.*

1 Considerações Iniciais

As questões da diversidade linguística não eram muito mencionadas dentro das instâncias educacionais e sociais, seja pela falta de interesse, seja pelos preconceitos sociais que permeiam as diferenças linguísticas presentes na interação verbal dos cidadãos brasileiros. Mas, com o reconhecimento da necessidade de se trabalhar os diversos gêneros textuais, tanto escritos, como orais que circulam em instâncias formais e informais, defendidos por documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), percebemos que esse assunto tem sido pauta de discussão inclusive em meios de comunicação como jornais e revistas, ultrapassando os limites da escola.

A grande diversidade de linguagens presentes no falar do brasileiro, tanto em contextos privados, em ambiente familiar e com amigos íntimos, como em instâncias públicas, em debates com colegas de bairro, vizinhos, ou ambientes formais como na faculdade, no trabalho, palestras, entrevistas de emprego, entre outros, trás à tona a necessidade de se conhecer a variedade linguística brasileira e as variadas formas de expressão de cada indivíduo.

Para tanto, o papel do professor de linguagem é de extrema importância e transcende o âmbito escolar, já que abarca vários aspectos sociais como nível socioeconômico, grau de educação, a idade, sexo e regionalidade. Portanto, buscamos analisar os conhecimentos dos educadores dos anos iniciais do ensino fundamental em relação à variação linguística e investigar a ligação existente entre língua e sociedade. Assim sendo, a questão central deste trabalho é saber o que é variação linguística e como ela deve ser trabalhada na escola, de modo a evitar o preconceito linguístico. Como desdobramento desta questão, nosso objetivo central é compreender como os professores entrevistados entendem a variação linguística de seus alunos. Para cumprir esse objetivo, realizamos uma pesquisa

exploratória de viés qualitativo interpretativista com entrevista a professores dos anos iniciais do ensino fundamental de escolas públicas e privadas. Embasados em documentos como Pró-Letramento (2007) e PCN de Língua Portuguesa (1997), e autores como Faraco (2017), Soares (2000), Bagno (1999, 2007), Bortoni-Ricardo (2004, 2006) e Marinho e Costa Val (2006), vinculados à Sociolinguística Educacional, apresentam com competência as diversas nuances do português brasileiro em seus estudos, além de estabelecerem uma relação da variação linguística com questões sociais e escolares.

A organização deste artigo se dá da seguinte maneira: além da introdução, na qual são apresentados os objetivos da pesquisa, na seção dois discutimos conceitos relativos à variação linguística e ensino.

Já na seção três, refletimos, com base em dois documentos oficiais – Parâmetros Curriculares Nacionais e Pró-Letramento – sobre o trabalho com a variação linguística na escola. A seguir são apresentadas as diretrizes da pesquisa e, em outro momento, os dados da análise. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

2 Variação Linguística e o Ensino de Língua Portuguesa

Apresentaremos, mesmo que brevemente, alguns conceitos fundamentais que norteiam os estudos da Sociolinguística Educacional, como concepção de linguagem, dialeto, variação dialetal e de registros. Em torno desses conceitos, também discutiremos o que significa saber português, a noção de “erro” no ensino da língua materna e o que significa ensinar português. Para tanto, dialogaremos com autores como Marinho e Costa Val (2006), Bagno (1999 e 2007), Magda Soares (2000), Bortoni-Ricardo (2004) e Faraco (2008).

Koch (1996) esclarece que, em geral, há três concepções de linguagem dominantes: em duas delas, *linguagem como representação do pensamento* e *linguagem como instrumento de comunicação*, considera-se que o ato linguístico fundamental é monológico. Além disso, nessas concepções, embora distintas têm pontos de contato: os aspectos discursivos, históricos e sociais são desprezados. Ambas as perspectivas alicerçam ensinamentos tradicionais de orientação focalizada na gramática normativa, que prevê regras adequadas ao bom uso da língua e a uma comunicação eficiente. Os usos linguísticos que estão em desacordo com tais regras são considerados errados ou não existentes na língua.

A terceira concepção – que é por nós adotada – concebe a linguagem como forma de ação e lugar de interação, no qual os atores sociais interagem entre si, procurando produzir efeitos de sentido em uma determinada situação de comunicação. Para isso, evocam ações linguísticas, cognitivas e histórico-sociais (KOCH, 1996).

Intimamente relacionado com a concepção de linguagem que adotamos, Bagno (2007) aborda o conceito de **variação linguística** e faz compreender exatamente qual a sua importância e a sua finalidade, mostrando que a língua é heterogênea e está em constante mutação. O autor argumenta que existem maneiras de falar diferentes, que são consideradas **dialetos**, ou seja, variedades distintas de uma mesma língua. Os falantes de uma determinada região, mesmo que participem da mesma comunidade, podem fazer usos linguísticos distintos. Portanto, a fala parte de características linguísticas peculiares a cada pessoa, além dos aspectos sociais, culturais, históricos e pragmáticos que serão discutidos a frente.

Marinho e Costa Val (2006) apresentam dois conceitos fundamentais acerca do assunto: a **variação dialetal**, que engloba as variedades geográficas, sociais, históricas, de idade, de sexo e grau de escolaridade, e a **variação de registro**, que engloba a linguagem formal e informal.

Segundo as autoras, dentro do conceito de variação dialetal, há as variedades geográficas, que se caracterizam pela cultura linguística existente dentro de uma determinada região do país. Há também as variedades sociais, que se caracterizam pela divisão de classes e grupos. Outra variedade, apresentada pelas autoras, é a histórica, que se delinea pela evolução da língua com o passar dos tempos, sendo mais bem identificada através de textos escritos, já que os registros orais são recentes. Existem, ainda, as variedades relativas à idade; para Marinho e Costa Val (2006), adultos, jovens e crianças falam de forma diferente uns dos outros, assim, uma pessoa idosa, mesmo que pertença à mesma família, não discorre como o adulto participante desse ambiente, como o jovem não fala como os mais velhos e a criança não fala como os outros participantes dessa instituição familiar.

Outro componente representado pela variação dialetal é o grau de escolaridade. Podemos identificá-lo nas pessoas que passaram por um processo de escolarização, possuindo um repertório linguístico maior e mais adequado a contextos formais do que aqueles que não foram escolarizados ou não prosseguiram seus estudos.

Bagno (2007) percebeu que os fatores que mais contribuem para as desigualdades e os preconceitos são os graus de escolarização e o status socioeconômico. Portanto, aqueles que participam de uma comunidade privilegiada economicamente possuem a oportunidade de ingressar em boas escolas, se tornando competentes na fala mais prestigiada socialmente, mas também na linguagem padrão. Já os componentes das classes desprivilegiadas não possuem as mesmas condições de ingressar em instituições educacionais de qualidade, são competentes na linguagem utilizada em sua sociedade, mas não conseguem usar adequadamente a linguagem de prestígio, quando essa é solicitada.

Outra variação relevante é a de registro, de acordo com Marinho e Costa Val (2006, p. 37) a variação de registro pode ser caracterizada como formal e informal. O registro formal segue os parâmetros da variedade padrão escrita, as construções verbais e escrita são mais elaboradas, pois são utilizadas em momentos de interação formal em que há a necessidade de uma linguagem de prestígio.

O registro informal se caracteriza pelas escolhas linguísticas que atendem os momentos de comunicação cotidiana, sem preocupação excessiva da monitoração da fala. Esse registro é usado em ocasiões de maior intimidade entre os falantes.

Após refletir todas essas questões que norteiam o entendimento em relação à variação linguística, iremos debater no próximo tópico sobre o que significa saber português e ensinar a língua portuguesa.

2.1 O Que Significa Saber Português

Segundo Bagno (2007), as crianças, ao serem inseridas em ambiente escolar, já possuem características linguísticas próprias, adquiridas através do convívio com seus familiares e comunidade. Dentro das instituições de ensino, a criança começa a formalizar seu aprendizado e é apresentada a outras modalidades linguísticas. Abre-se, então, um universo de saberes linguísticos que não se identificam com o seu, e a linguagem usada por essa criança é avaliada pela sociedade. É, pois, importante fazer com que o estudante saiba agir linguisticamente conforme o local e as pessoas com quem está se comunicando. Por isso, o papel do professor é muito relevante, porque poderá contribuir para a identificação das

diversas formas de linguagem, para auxiliar os estudantes a construírem um conhecimento linguístico diversificado e consistente.

Saber português, para o autor, é conseguir utilizar com competência a língua que lhe é natural, que nasceu a partir de suas interações verbais com diversos agentes sociais. Sabemos que, com o tempo e a escolarização que podemos receber, é possível que modifiquemos um pouco nosso repertório e até mesmo saibamos ajustar a nossa fala às diversas circunstâncias de comunicação, adequando à linguagem de prestígio ou coloquial conforme o contexto.

Outro ponto importante ligado à discussão do que é saber português é a noção de “erro” no ensino de língua. Para Bagno (1999), deve-se tomar cuidado ao discutir em sala de aula “os erros de português” do aluno, pois tal questão está ligada à confusão que se faz entre o saber gramatical que os falantes têm de sua língua, com os saberes das regras da gramática normativa.

Como já dito anteriormente, saber português não significa dominar regras da gramática normativa, e sim ser “poliglota na própria língua”, ou seja, saber adequar seus falares aos contextos sociais exigidos. Por isso, é muito mais pertinente se falar em adequação ou inadequação do que em “erro” propriamente dito, mesmo porque, de acordo com o autor, normalmente os erros são ligados apenas a questões ortográficas.

2.2 O Que Significa Ensinar Português

Aos discutir o que significa ensinar português, nossas ponderações serão em relação às mudanças que devem ocorrer dentro das instituições de ensino relativas ao ensino da variação linguística. Portanto, buscaremos refletir, ainda que sucintamente, sobre uma escola que busca a igualdade de direitos educacionais e sociais para todos os seus estudantes.

Segundo Soares (2000, p.74), “a escola transformadora luta contra o preconceito direcionado ao dialeto popular”, pois considera que esse não é inferior ao dialeto padrão, e sim diferente, pois possui características próprias. Por isso, não deve ser considerado incorreto. Entende-se também que o preconceito linguístico que atinge, principalmente, a classe popular surge por questões políticas de extrema desigualdade social. Portanto, para que a educação das camadas populares se iguale à adquirida pelas classes de prestígio é

importante que a escola estimule os seus alunos para que consigam lutar por transformação social e contra todo tipo de preconceito.

Como aponta Soares (2000, p. 78), de acordo com a escola transformadora e sua visão voltada ao *bidialetalismo*⁴, é importante, no ato de ensinar a língua materna, evidenciar aos estudantes às condições sociais e políticas em que se encontram sua comunidade. Além disso, é necessário esclarecer a eles como são atribuídos menor ou maior valor à linguagem adotada por falantes de determinada sociedade. As instituições educacionais, junto com os educadores, devem fazer com que o aluno de classes populares perceba em que lugar da sociedade ocupa a linguagem empregada por ele e também porque essa fala é considerada “menor” à língua falada por falantes de classes sociais privilegiadas. Também é preciso fazê-lo entender a necessidade de aprender outros falares, distintos dos que são utilizados, normalmente, por ele, para que consiga participar efetivamente das questões sociais e políticas, de certa forma, transformar a realidade social da qual participa.

É necessário, portanto, que o educador possua uma boa formação e desempenho para saber trabalhar adequadamente com a variação linguística e suas questões em sala de aula, principalmente para realizar um trabalho que não desvalorize a linguagem natural dos estudantes, pois eles entram no ambiente escolar com uma língua própria, caracterizada pela sua cultura e seu ambiente de convívio. Também é importante que o educador apresente aos estudantes os diversos dialetos, e as normas de linguagem, culta e não culta, e o reconhecimento dessas variadas linguagens. Com isso, será construído dentro das instituições educacionais um ambiente de respeito às diferenças e reconhecimento da cultura brasileira, sem preconceitos e discriminações, transformando os estudantes em articuladores competentes em qualquer contexto no qual se está inserido, sabendo usar a norma culta ou coloquial, tanto na fala quanto na escrita, participando efetivamente da sociedade. Na próxima seção, discutiremos as abordagens em alguns documentos oficiais sobre a variação linguística no ensino. Elegemos os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Pró-Letramento.⁵

⁴ Bidialetalismo: designa a situação linguística em que os falantes utilizam alternativamente, segundo as situações, dois dialetos sociais diferentes.

⁵ Não usamos a Base Nacional Comum Curricular porque ela ainda estava em construção no momento de escrita deste artigo.

3 Contribuições de Documentos Oficiais Para o Trabalho Com a Variação Linguística na Escola

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, de 1997, foram criados para auxiliar os professores no processo educacional dos estudantes, com o objetivo de ajudar a escola a possibilitar que os alunos sejam cidadãos conscientes de seu papel social, conhecedores de seus direitos e deveres.

Logo no início, os PCN apresentam questões relativas à variação linguística presente na sociedade brasileira; abordam, também, temas acerca dos diversos dialetos e o preconceito linguístico que é decorrente do poder social, segundo o documento.

O documento menciona como uma educação de qualidade pode proporcionar aos alunos um vasto conhecimento linguístico e cultural, livre de discriminações linguísticas e sociais. Portanto, a escola, junto com os educadores, deve trabalhar em busca de uma educação que proporcione aos estudantes conhecimentos linguísticos, levando-os a adquirir informações que servirão de auxílio em sua vida na sociedade.

De acordo com os PCN (1997), a linguagem é essencial para a comunicação entre as pessoas que fazem parte de uma determinada sociedade, os indivíduos compartilham experiências, expõem opiniões, constroem visões de mundo, por meio dos usos linguísticos. Assim, as instituições educacionais, segundo o documento, têm o dever de proporcionar aos educadores instrumentos de trabalho que auxiliem no conhecimento de diferentes dialetos, utilizando textos que apresentem a variedade linguística usada por pessoas que participam de uma realidade distinta da usada pelos alunos.

Os PCN (1997) mostram claramente a existência da variedade de dialetos presentes no Brasil, identificando-os pela maneira como cada indivíduo fala. A má distribuição de renda entre a população e as condições financeiras que possuem são algumas das causas do aparecimento do preconceito linguístico, considerando a fala utilizada pela classe social menos favorecida como “errada”.

Três fatores, segundo os PCN (1997, p. 26), estão presentes na escola e contribuem para o preconceito linguístico, são eles: **(i) a crença de que há uma única forma correta de falar, (ii) a crença de que devemos falar como escrevemos, (iii) e a crença de que devemos escrever como falamos.** Podemos afirmar que, de acordo com esses fatores, as

instituições escolares empregam uma prática incorreta dentro de sala de aula, utilizando métodos tradicionais, livros didáticos que apresentam apenas a linguagem padrão.

Assim, é preciso refletir melhor sobre tais proposições, desmistificando a linguagem padrão como a única que seja certa. Portanto, é importante que o professor apresente aos estudantes diversas maneiras de se utilizar a linguagem, além de conscientizar os alunos que não existe forma “certa” ou “errada” de falar, pois o que é realmente relevante é saber qual linguagem utilizar, considerando o contexto em que se está inserido e, a partir daí saber adequar a fala às diversas situações comunicativas e às pessoas com quem estão comunicando.

Outro ponto que os PCN apresentam é a questão da confiança ao nos expressarmos oralmente. A conquista da confiança se concretiza por meio da inserção em ambientes favoráveis à manifestação do que se sente e se fala. Portanto, a escola deve proporcionar aos estudantes um ambiente acolhedor, que respeite as diferenças, favorecendo o conhecimento do uso da língua em variadas situações, usando com competência a linguagem oral.

Para que, de fato, os estudantes se tornem falantes competentes de sua língua e saibam utilizá-la adequadamente e com confiança, cabe às instituições educacionais e aos educadores proporcionar um ambiente inovador que mostre aos alunos a grande variedade de dialetos utilizados pela sociedade brasileira. O professor pode usar de discursos orais entre os estudantes para demonstrar a variedade linguística, lançar mão de textos variados que utilizem linguagem padronizada e também coloquial, livros que expressem regionalidade, mostrando a cultura de cada povo. Assim, será possível apresentar aos estudantes a grande diversidade linguística que nos rodeia, transmitindo conhecimento e respeito às diferenças.

Por fim, os PCN (1997, p.81) apontam valores, normas e atitudes que devem ser desenvolvidos pelos estudantes ao final dos ciclos. Em relação à variação linguística e à comunicação entre os falantes, é preciso que os educadores consigam fazer com que os alunos demonstrem preocupação no momento em que está se comunicando, monitorando sua fala e a adequando de acordo com o contexto linguístico em que está inserido. Outro ponto importante que deve ser discutido é o fato de o estudante respeitar a fala utilizada por outras pessoas, independente do seu grau de escolarização, classe social, regionalidade entre outros. O aluno

precisa ser levado a explorar as formas de utilização da linguagem, valorizando a troca de mensagens entre os falantes.

Na mesma esteira dos PCN, outro documento oficial que alicerça o trabalho do professor e que também aborda questões relativas à variação linguística e o trabalho com a oralidade é o Pró-Letramento, “O Programa de Formação Continuada de Professores dos anos Iniciais do Ensino Fundamental”. Tal documento foi elaborado pelo Ministério da Educação como um programa de auxílio aos educadores na prática educacional. De tal modo, o Pró-Letramento tem como função primordial orientar o trabalho pedagógico dos professores, ajudando os educadores a definirem o que será trabalhado em sala de aula, qual conteúdo deverá ser retomado de acordo com o desenvolvimento dos estudantes, consolidando, assim, o aprendizado dos alunos. Além disso, apresenta atividades, depoimentos, relatos e também atividades de reflexão para os docentes.

Em relação à variação linguística e ao preconceito linguístico, o Pró-Letramento (2007) aborda a importância da interação verbal entre os falantes, por isso valoriza o uso da língua em variadas situações e contextos, apresentando suas diversas formas de falar e seus vários estilos. Portanto, é de extrema importância que os professores proporcionem aos estudantes um contato direto com os diversos dialetos brasileiros, fazendo com que eles reflitam sobre os diferentes usos da fala. Dessa forma o documento defende a necessidade de um ensino que valorize a utilização da língua em variados contextos sociais. Para isso, é importante que os educadores consigam organizar os usos da linguagem em sala de aula, privilegiando a reflexão sobre a função da língua.

Segundo o Pró-Letramento (2007), cabe à escola desenvolver a língua oral dos alunos, estimulando o conhecimento do uso padrão da língua e também das outras maneiras de falar de cada indivíduo, fazendo com que os estudantes sejam conhecedores da utilização da linguagem, em diversos aspectos sociais, econômicos, históricos e culturais, levando os discentes a respeitarem as diferentes formas de falar de cada cidadão brasileiro, independente do meio social em que vivem, do grau de escolaridade, e da condição financeira que possuem. Com isso, é possível fazer com que o preconceito linguístico não nasça dentro das escolas e da sociedade.

Dessa forma, a participação efetiva dos alunos dentro da sala de aula e o diálogo entre eles e o educador estimulam o conhecimento da fala aplicada pelo professor e por outros

estudantes, auxiliando assim na construção da linguagem a ser empregada em diversas situações de oralidade.

A prática em sala de aula deve instigar os discentes a utilizar a língua falada em diferentes situações escolares, buscando aplicar a variedade linguística adequada nas diversas situações sociais. O educador pode desenvolver métodos para que se alcance a capacidade linguística adequada; uma das maneiras é incentivar o estudante a monitorar sua fala, isto é, se preparar para falar adequadamente.

A monitoração deve ser empregada pelo educador para auxiliar no reconhecimento dos estudantes em relação à linguagem adotada por eles. É importante que o educador monitore a sua fala, ou seja, tenha atenção quando está se expressando, discorrendo adequadamente as palavras, assim apresentando aos discentes uma maneira coerente de verbalização. Para tanto, os estudantes, seguindo o exemplo do educador, passarão a controlar a sua maneira de discorrer e com isso poderão falar adequadamente.

Tal proposta do Pró-Letramento (2007) é interessante na medida em que sabemos que o aluno também aprende a produzir e compreender diversos gêneros orais e escritos, por meio de textos modelares. Assim, a escuta da fala monitorada do professor, que muitas vezes é referência, pode vir a ser um modelo de fala mais formal em instâncias públicas. O professor deve ter consciência disso e saber explorá-lo em suas aulas.

Evidentemente, não podemos deixar de mencionar que a questão da adequação é fundamental. Quando falamos de linguagem estamos também falando de contexto situacional, sociedade, valores, história, cultura. Assim, existe um modo mais adequado de falarmos dependendo do contexto em que estamos. Assim, um dos papéis da escola é fazer com que o aluno compreenda essa diversidade como algo natural e inerente aos fenômenos linguísticos, que, como já se disse anteriormente, é algo dinâmico e vivo, porque envolve pessoas.

Refletindo sobre normas de adequação no uso da língua oral, o Pró-Letramento (2007) confirma o que dissemos acima, ao afirmar que a língua é uma atividade social de cada comunidade que está sujeita a normas, regras e convenções de uso. Pode-se usar a linguagem informal ou formal, isso de acordo com o local e com a pessoa com quem se está falando; as normas linguísticas são adequadas a cada situação de comunicação entre os falantes.

O Pró-Letramento (2007) é um recurso de extrema importância para os educadores, pois mostra, em seu conteúdo, atitudes, atividades, métodos, entre outros, no

auxílio à construção de conhecimento entre os estudantes. A utilização de tal documento amplia a visão do professor em relação à educação, à fala e à escrita dos estudantes, sendo possível notar a utilização de novos métodos e práticas. A educação tradicional se mescla com uma nova visão de educação integradora e eficaz.

Os documentos pesquisados, tanto o PCN quanto o Pró-Letramento, nos levam a refletir sobre a importância e a necessidade de um bom trabalho linguístico dentro das instituições de ensino. São documentos que se completam, pois abordam assuntos semelhantes, mas concedendo maior ou menor atenção a alguns pontos do que a outros. A utilização desses recursos pelo professor auxilia no preparo e na condução das práticas educacionais em sala de aula. Na próxima seção, apresentaremos a parte metodológica da pesquisa.

4 Metodologia

Como metodologia de pesquisa, optamos por realizar um estudo exploratório de viés qualitativo interpretativista. Tal tipo de pesquisa tem como objetivo fundamental “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (MOREIRA; CALEFE, 2006, p. 69). Assim, para esses autores a pesquisa exploratória busca uma visão geral de um dado fenômeno.

O instrumento de coleta de dados escolhido foi a entrevista semiestruturada⁶. Foram realizadas entrevistas com quatro professoras do Ensino Fundamental I. As entrevistas foram feitas nas escolas das respectivas docentes, gravadas em áudio e transcritas. Todos os nomes foram alterados de modo que as pessoas entrevistadas e as citadas tenham sua identidade preservada, dessa forma usamos a terminologia P1, P2, P3 e P4 para designá-las. Importante ressaltar que uma das entrevistadas solicitou que não usássemos sua fala transcrita. Por essa razão, em comum acordo com todas as entrevistadas, as suas respostas foram

⁶ “A entrevista semiestruturada representa, como o próprio nome sugere, o meio-termo entre a entrevista estruturada e a entrevista não estruturada. Geralmente se parte de um protocolo que inclui os temas a serem discutidos na entrevista, mas eles não são introduzidos da mesma maneira, na mesma ordem, nem se espera que os entrevistados sejam limitados nas suas respostas e nem respondam tudo da mesma maneira. O entrevistador é livre para deixar os entrevistados desenvolverem as questões da maneira que eles quiserem” (MOREIRA; CALEFE, 2008, p. 169).

MORAIS, Claudineia Cristina; BOTELHO, Laura Silveira. Variação linguística: questões escolares e sociais.

retextualizadas⁷. Os textos retextualizados foram enviados às docentes e aprovados por todas, depois dos devidos ajustes.

O roteiro base continha cinco perguntas, quais sejam: a) como trabalhar com questões relativas ao ensino da oralidade?; b) qual a sua opinião sobre a abordagem dos PCN em relação à variação linguística?; c) como você percebe a fala de seus alunos?; d) você costuma a monitorar sua fala em sala de aula?; e) como você lida com as variantes desprestigiadas de seus alunos?

A partir da análise dos dados elencamos três categorias: i) **conhecimento em relação à variação linguística**; ii) **percepção da diversidade linguística presente entre seus alunos**; iii) **formação docente**.

A seguir, apresentamos a análise de dados a partir das categorias analisadas, guiadas pelo roteiro de perguntas da entrevista.

5 Preconceito Linguístico e Práticas Educativas: conversa com professores e análise de dados

Apresentamos a seguir as entrevistas realizadas com quatro professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental. São duas educadoras que ministram aulas em uma escola Municipal na cidade de Juiz de Fora e outras duas que lecionam em instituição privada, na mesma cidade. Faremos reflexões acerca das respostas de cinco questões, buscando refletir sobre o conhecimento que essas professoras possuem em relação à variação linguística, à utilização dessas variedades em sala de aula e à existência de preconceito linguístico entre elas.

Como já mencionado, as professoras serão identificadas por P1, P2, P3 e P4 no decorrer das reflexões, para a preservação das imagens e do trabalho exercido por elas na educação de seus alunos.

As propostas e questionamentos foram apresentados diretamente para cada educadora. Iniciando a pesquisa, buscamos questionar o trabalho sobre a oralidade empregada em sala de aula. Então, a primeira pergunta apresentada a elas foi a seguinte: como se trabalhar as questões relativas ao ensino da oralidade?

⁷ Marcuschi (2001) define retextualização como a transformação de um texto em outro, a partir de um texto base. Na retextualização, passa-se de “uma modalidade para outra”, na perspectiva de Marcuschi, as “modalidades” são compreendidas como a oralidade e a escrita

A professora P1 respondeu que se devem trabalhar as questões orais com naturalidade sem diferenciar os estudantes. A professora P2 relatou que é preciso estimular os alunos a terem atenção quando as palavras são pronunciadas e, principalmente, que tenham atenção em seus lábios no momento da fala. Já a educadora P3 informou que o estímulo e a troca de experiências são importantes, por isso, os alunos devem apresentar seus trabalhos oralmente; também utiliza a leitura de variados gêneros textuais. A última educadora a responder a questão foi a P4, que disse trabalhar o ensino da oralidade através de conversas informais em sala, da contação de casos, notícias e histórias.⁸

Todas as ponderações relatadas pelas educadoras foram interessantes, mas é preciso uma inovação em suas práticas, buscar métodos mais eficazes para transmitir os conhecimentos necessários em relação à variação linguística para seus alunos.

Percebe-se, também, que no momento do trabalho oral nenhuma das educadoras mencionou a importância da apresentação das diversas variedades linguísticas como a norma culta e sua relevância em relação ao papel social que cada indivíduo exerce em sociedade.

Faraco (2008, p.178) descreve que os estudantes devem ser apresentados a diversos textos com variados gêneros discursivos e não se prender apenas a um determinado gênero. Portanto, é dever da escola proporcionar aos estudantes um amplo conhecimento dos gêneros que circulam no meio social, sem excluir os literários. Também incentivar a produção de textos, como auxílio ao reconhecimento da diversidade linguística e da utilização adequada a cada gênero discursivo.

Outra questão apresentada às professoras foi sobre a abordagem dada à variação linguística pelos PCN.

As professoras P1, P2 e P3 não se lembram das informações contidas no documento em relação à variação linguística, apenas a professora P4 se lembrou do momento em que os PCN apontam as informações sobre linguagem padrão e não padrão e as diversas linguagens utilizadas no Brasil, e mencionou um exemplo, a linguagem adotada pelos indígenas.

Com essas informações, é perceptível a importância de uma formação de qualidade para que os professores se tornem profissionais competentes e saibam todas as

⁸ Não vamos aprofundar neste trabalho o ensino com os gêneros orais. Sugerimos a leitura de Dolz e Schneuwly (2004) sobre o assunto. No livro, há também a distinção do trabalho sistematizado de produção de gêneros orais e práticas de oralização (conversas informais, leitura em voz alta etc não são práticas de ensino-aprendizagem de textos orais).

informações necessárias para a prática docente em sala de aula. Como acredita Bortoni-Ricardo (2006), é importante que o educador seja bem formado e conheça os dialetos e a diversidade linguística brasileira. O professor deve reconhecer as dificuldades dos estudantes, saber adequar os conteúdos a necessidade de cada um. Proporcionar aos alunos o conhecimento da língua padrão, sem esquecer a importância de sua língua materna. Formando, assim, estudantes capazes de empregar a linguagem prestigiada nos momentos adequados e usar sua fala natural nas ocasiões propícias.

Seguindo a apresentação das entrevistas, na terceira questão as educadoras deviam explicar como consideram a fala de seus alunos.

Analisando as discussões é possível compreender que as respostas foram diferenciadas. A professora P1, de instituição particular, informou que seus estudantes possuem uma linguagem relativamente igual, pois foram introduzidos em ambiente escolar ainda muito pequenos e convivem com uma linguagem mais elaborada dentro e fora da escola. Já a educadora P2, de escola privada, disse que há dois alunos que possuem muita dificuldade no momento de se expressar, um deles possui língua “presa”, por isso há distinção linguística entre eles. A professora P3, de instituição pública relatou que há diferença linguística entre seus alunos, isso, de acordo com a peculiaridade de cada estudante, em relação à idade, meio socioeconômico e cultural. Já a educadora P4, de escola municipal, relata que seus alunos se comunicam bem entre si, usando gírias e bordões particulares de sua comunidade, mas para atingir a norma culta, falta um pouco mais de trabalho, pois eles não convivem em um ambiente em que a linguagem formal é utilizada.

O que se destaca das respostas é a necessidade da consciência das questões econômicas e sociais que podem causar a variedade dialetal presente no Brasil, e assim, o preconceito linguístico.

Observando as respostas das professoras P1, P2 e P4, foi possível perceber a importância de se pensar e pesquisar sobre as diversas representações da linguagem presentes na sociedade brasileira. Para isso, o educador deve reconhecer a legitimidade dos diversos dialetos empregados pelos estudantes em sala de aula e proporcionar a eles um ambiente adequado à compreensão das diversas linguagens e suas relações com as questões sociais, como se aponta a seguir:

[...] criar em salas de aula ambientes de aprendizagem onde se desenvolvam padrões de participação social, modos de falar e rotinas comunicativas presentes na cultura dos alunos. Tal ajustamento nos processos interacionais é facilitador de transmissão do conhecimento, na medida em que se ativam nos educandos processos cognitivos associados aos processos sociais que lhe são familiares [...] (BORTONI-RICARDO, 2006, p.128).

A quarta questão da entrevista fala sobre a monitoração da fala, se o educador monitora sua maneira de falar, já que é um exemplo para os estudantes.

Todas as educadoras confirmam que são um espelho para seus alunos e que devem monitorar a fala dentro de sala de aula. Contudo, as professoras P2 e P3 acrescentam que é através da fala utilizada por elas dentro de sala de aula que os estudantes podem ampliar seus conhecimentos em relação à variante culta de fala e escrita, adquirindo, assim, um vocabulário mais “rico”.

Faraco (2008) afirma que os educadores ainda não estão adequadamente preparados e não sabem como empregar corretamente a variação linguística em sala de aula, e as instituições de ensino não apresentam propostas eficazes para o desenvolvimento dos educandos em relação a essas questões. Acredita-se que esse problema se deve à falta de discussões em relação à variedade linguística em instâncias públicas e em meio social, para que seja possível ampliar a visão de toda a sociedade em relação à variedade de dialetos e linguagens utilizadas pela sociedade brasileira.

Para encerrar as entrevistas, as educadoras foram questionadas sobre suas atitudes diante da utilização da variante desprestigiada por seus alunos, por exemplo, o uso de Rotacismo (“pranta”, “framengo”), ou Lambidismo (“galfo”), ou o uso de desvio de concordância (“nóis vai”).

A professora P1 informou que o desvio de concordância não ocorre muito em sua classe, mas quando acontece, não interrompe a criança, apenas repete a frase da maneira correta, para que ela entenda a forma “certa” de falar, sem causar constrangimento entre os estudantes. A educadora P2 informou que procura falar corretamente diante dos alunos, faz algumas repetições para que eles entendam a construção das palavras e diz a eles para que falem diante do espelho, pois ajuda na percepção da construção das expressões. Já a professora P3 relatou que procura ajudar seus alunos a perceber que esta fala não está próxima da linguagem encontrada nos livros, por exemplo. No entanto, não os ridiculariza e nem desfaz deles por isso. A educadora P4 disse que repete a variante corretamente e busca

mostrar às crianças a maneira correta tanto na fala quanto na escrita, para que eles compreendam a maneira certa de se expressar.

Nesse momento, a atenção se volta para a ponderação da professora P3, que acredita que a fala do estudante deve se igualar à empregada nos livros. Percebe-se nessa ocasião a importância de saber diferenciar a fala da escrita, e conseguir compreender que, quando estamos falando, não conseguimos empregar os mesmos métodos utilizados no momento da escrita. Seguindo a linha de pensamento da professora, notamos que o que de fato é importante para ela é a utilização da norma culta ou padrão nos momentos de fala e de escrita.

Esse pensamento ainda permeia as práticas escolares e um dos argumentos que Faraco (2008, p.180) elenca é que os livros didáticos não dão tratamento adequado à variação linguística. Os volumes não abordam a diversidade social ligada à variação linguística, como contrastes sociais, conflitos, aproximações e distanciamentos entre as variedades do português, ou seja, a norma popular e a variedade culta do português. Conjecturamos que faltam nas formações continuadas de professores maior aprofundamento dessas questões.

A partir da análise das entrevistas realizadas é possível destacar a relevância da formação continuada de professores, como mencionado acima. Ainda nos dias de hoje faltam debates adequados e consistentes em relação à variação linguística. Muitas vezes, essa falta pode ajudar a fortalecer, dentro das salas e entre os alunos e professores, o preconceito linguístico.

Faraco (2017) defende o acesso à chamada norma culta, definida por ele como “uma tradição discursiva que se constitui e se consolida no próprio desenrolar histórico das práticas sociais de escrita em contextos mais monitorados.” Para isso, ele propõe que se construa o que ele denomina uma *pedagogia da variação linguística*. Acreditamos que tal construção se dá por meio de formação inicial e continuada dos docentes.

As instituições de ensino e a formação de professores devem, junto com os com a comunidade, proporcionar meios para a implantação de atividades que incentivem os estudantes a participar e valorizar as diferenças existentes dentro do ambiente escolar. Desse modo, a união efetiva dos atores escolares contribuirá sobremaneira na implantação de um ensino democrático e de “cicatrização” do preconceito linguístico, que é na verdade, um preconceito social, como já destacou Bagno (1999).

6 Considerações Finais

Como foi possível notar, a variação linguística, ainda hoje, é um fator importante a ser pesquisado e discutido entre os agentes sociais e institucionais, pois é de extrema importância que professores, gestores e alunos estejam a par da existência da diversidade linguística dentro da sociedade brasileira e das comunidades que a rodeiam. Contudo, ainda é necessário desenvolver com profundidade o trabalho com variação linguística dentro das instituições de ensino, com vistas à uma prática educativa consistente e coerente com a realidade de seus alunos visando a ampliação de seus letramentos.

Entendemos que é necessário oferecer aos educadores uma formação adequada, que os faça conhecer e entender a diversidade linguística e os fatores que contribuem para o preconceito linguístico dentro e fora das instituições educacionais. A escola deve se comprometer com essa percepção, proporcionar aos educadores meios que os façam entender as diferenças de linguagem utilizada em diversos ambientes de comunicação.

É importante que os educadores busquem uma formação adequada que os garanta todos os conhecimentos pertinentes a sua prática educacional, e que as escolas participem efetivamente das questões em relação à variação linguística, que, com certeza, surgem em ambiente escolar. Com isso, será possível trabalhar com os estudantes os conhecimentos necessários para uma boa adequação de seu discurso e para que haja respeito aos diversos dialetos, assim contribuindo para o fim do preconceito linguístico e, fundamentalmente, do preconceito social.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz, 49. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola e agora?** Sociolinguística e educação, 2 ed. São Paulo: Parábola, 2006.
- _____. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula, São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação – **Pró-Letramento**: alfabetização e linguagem. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.

MORAIS, Claudineia Cristina; BOTELHO, Laura Silveira. *Variação linguística: questões escolares e sociais*.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa – 1º a 4º série**. Brasília: MEC / SEF, 1997.

CYRANKA, Lúcia F. Mendonça. **A Reflexão sociolinguística no ensino fundamental: resultados de uma pesquisa-ação**, UFJF, 2009.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. **Variação linguística e ensino**. In: CYRANKA, L. F. M. e MAGALHÃES, T. G. (orgs). *Ensino de linguagem: perspectivas teóricas e práticas pedagógicas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2017.

GARCIA REIS, Andréia Rezende. **Variação linguística e ensino da língua portuguesa: considerações sobre a prática da linguagem em sala de aula**, 2009a.

_____. Andréia Rezende e SIQUEIRA Gláucia Marcondes: **Diversidade linguística e o processo ensino-aprendizagem**, 2009b.

MARINHO, Janice Helena Chaves; COSTA VAL, Maria da Graça. **Variação linguística e ensino: caderno do formador**. Belo Horizonte: Ceale, 2006.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Recebido em 20/09/2017

Aprovado em 20/12/2017